ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CNECP
N.º Único 376398
Entrada/Saída n.º 442 Data: 29/10/2010

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO
E FINANÇAS
PAULO MOTA PINTO

N/Referência 91/COM **Ofício nº 442 /2ª - CNECP** **Data: 2010-10-29**

Junto se envia a Vossa Excelência, para os devidos efeitos, o Parecer sobre a Proposta de Lei nº 42/XI/2ª, Orçamento do Estado para 2011, aprovado na reunião da Comissão, de 28 de Outubro de 2010, por maioria, com os votos favoráveis dos Deputados dos Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do CDS/PP, e as abstenções do BE e do PCP.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(José Ribeiro e Castro)

Palácio de S. Bento – 1249-068 LISBOA – PORTUGAL – Telefone: 21 391 96 91
E-mail: com2cnecp@ar.parlamento.pt

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

PARECER

PROPOSTA DE LEI N.º 42/XI/2ª

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2011

Ministério dos Negócios Estrangeiros

I. Considerandos

1. Nota Prévia

No dia 15 de Outubro de 2010, o Governo entregou na Assembleia da República a Proposta de Lei n.º 42/XI/2ª, relativa ao Orçamento de Estado para 2011, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição da República Portuguesa e dos artigos 118.º e 124.º do Regimento da Assembleia da República.

O presente Parecer da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas é emitido nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 205º do Regimento da Assembleia da República, segundo o qual a Proposta de Lei do Orçamento do Estado é remetida *"à comissão parlamentar competente em razão da matéria, para elaboração de relatório, e às restantes comissões parlamentares permanentes, para efeitos de elaboração de parecer"*.

Sublinha-se que a elaboração do presente Parecer não foi antecedida da audição ministerial, pelo que tem apenas como fonte o articulado da Proposta de Lei nº 42/XI/2ª, o Relatório, os quadros e mapas que lhe estão anexos.

Era de todo benéfico para a elaboração de um relatório mais completo e pormenorizado que se pudesse contar com a nota explicativa que era geralmente enviada à Assembleia da República por cada Ministério e que agora apenas é entregue quando o Ministro da respectiva área vem discutir o Orçamento destinado ao seu Ministério.

2. Linhas de Acção Política para 2011

- Manutenção de uma participação activa nas instituições e organizações internacionais em que Portugal está presente;

- Empenhamento no papel de membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, fruto da eleição de Portugal para o biénio 2011-2012;

- Empenhamento nas respostas aos desafios colocados pelo Tratado de Lisboa, em particular nas áreas da PESC, da PCSD e na operacionalização do Serviço Europeu de Acção Externa;

- Participação activa na negociação do quadro financeiro plurianual pós-2013 e na reforma das políticas comunitárias, em particular da Política de Coesão, da Política Agrícola Comum e da Política Comum de Pescas;

- Portugal continuará a participar nas negociações da futura adesão da Croácia, da Turquia e da Islândia, acompanhando também a eventual abertura de negociações com a Antiga República Jugoslava da Macedónia e o desenrolar dos pedidos de adesão do Montenegro, da Albânia e da Sérvia.

- Aprofundamento das relações com os países e língua portuguesa no contexto bilateral e no âmbito da CPLP, nomeadamente na preparação

da II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, a ter lugar na Primavera de 2012;

- A capitalização do relacionamento especial com a África Lusófona continuará a constituir uma prioridade, estando prevista em 2011, neste contexto, a realização de uma Cimeira Portugal-Moçambique, bem como a preparação da Cimeira Portugal-Cabo Verde a ter lugar em 2012.

- Reforço dos laços culturais e económicos com os vários países do Sudoeste Asiático, através do programa de celebrações de Portugal na Ásia, bem como a comemoração de 50 anos de relações diplomáticas entre Portugal e a República da Coreia;

- Participação activa nas negociações relativas aos acordos de associação e de comércio livre da UE com a Índia, Mercosul, alguns países ASEAN, Canadá e Líbia;

- Continuação do esforço de intensificação das acções de apoio à internacionalização da economia portuguesa, sendo as estruturas consulares progressivamente mobilizadas para esse desígnio, associando, para tal, os portugueses residentes no estrangeiro;

- Continuação da modernização das estruturas da rede consular tendo em vista, segundo o Governo, uma melhoria do atendimento ao público, através da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação com o objectivo de que os consulados possam funcionar com a tipologia Loja do Cidadão;

- No domínio da cultura, salienta-se o objectivo de, até 2013, reforçar a presença portuguesa, nas diferentes manifestações artísticas, através da criação/qualificação de uma rede de Centros Culturais;

- No plano bilateral irá intensificar-se o diálogo com os países do Magreb (Cimeiras com Marrocos, Tunísia e Argélia), de África, da América Latina e da Ásia;

- Em 2011, prevê-se a realização de reuniões das comissões mistas com a Argentina, a Coreia do Sul, a Croácia, o Egipto, Israel e a Ucrânia;

- No plano multilateral, serão reforçadas as relações com as organizações regionais junto das quais temos vindo a acreditar representantes, designadamente em África – União Africana, SADEC e CEDEAO – e na ASEAN.

- Aproximação, segundo o Governo, das metas europeias em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) de modo a ser cumprido o rácio de 0,7% do RNB em 2015;

- Continuidade nos trabalhos de reforma do estatuto das carreiras do pessoal diplomático e respectivo Regulamento, do pessoal dos serviços externos e da reforma da rede de representação externa.

3. Orçamento

Para 2011, o orçamento proposto para o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) apresenta uma redução de 8,2%, que representa, segundo afirma o relatório do Orçamento, menos 33 milhões de euros (ME) face à estimativa de despesa de 2010.

Considera o Governo que esta redução se deve ao impacto das linhas de orientação que visam a contenção da despesa pública, contribuindo para uma variação negativa de 7,3% relativamente à proposta inicial.

Quadro V.3.1. MNE - Despesa Total Consolidada

(milhões de euros)

	2010	2011	Variação (%)	Estrutura 2011 (%)
	Estimativa	Orçamento ajustado		
Estado	390,3	352,9	-9,6	85,4
1. Funcionamento	380,9	342,6	-10,1	82,9
1.1. Com cobertura em receitas gerais	364,1	337,8	-7,2	81,7
Funcionamento em sentido estrito	309,1	282,8	-8,5	68,4
Quotizações para Organizações Internacionais	55,0	55,0	0,0	13,3
1.2. Com cobertura em receitas consignadas	16,8	4,8	-71,4	1,2
2. Investimentos do Plano	9,4	10,3	9,6	2,5
2.1.Financiamento nacional	9,1	9,8	7,7	2,4
2.2.Financiamento comunitário	0,3	0,5	100,0	0,1
Serviços e Fundos Autónomos	60,1	60,5	0,7	14,6
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	401,6	368,6	-8,2	-
Consolidação entre subsectores	48,8	44,8		

Pelo quadro acima verificamos que a despesa consolidada do Ministério dos Negócios Estrangeiros para 2011 é de 368,6 ME. Relativamente à despesa relativa a Investimentos do Plano, a única rubrica que aumenta face a 2010, no montante de 10,3 ME, reflecte, de acordo com o Relatório do Orçamento, um acréscimo de 9,6% destinado a financiar a continuidade de projectos, dos quais se destacam a Modernização da Rede Consular nas áreas do registo de Identificação Civil, o Programa NetInvest Portugal, a Rede Única do MNE e o Convento do Sacramento em Lisboa, bem como novos projectos a desenvolver, destacando-se os relativos à requalificação e adaptação das instalações do MNE.

Observando o quadro abaixo, sublinhe-se o peso dos encargos com pessoal na despesa corrente, os quais correspondem a 53,1% e, dentro das transferências correntes (91,8 ME – correspondendo a um peso de 24,9%), a consagração de 74,6 ME relativos a quotizações e outras contribuições para organizações internacionais.

Quadro V.3.3. MNE - Despesa por Classificação Económica
(milhões de euros)

	Orçamento ajustado de 2011			Estrutura 2011 (%)
	Estado	SFA	Total Consolidado	
Despesa Corrente	**343,9**	**53,1**	**355,3**	**96,4**
Despesas com Pessoal	161,0	34,9	195,9	53,1
Aquisição de Bens e Serviços	39,7	6,2	45,9	12,5
Juros e Outros Encargos	0,4		0,4	0,1
Transferências Correntes	124,4	9,1	91,8	24,9
das quais: intra-instituições do ministério	41,2	0,5		
para as restantes Adm Públicas	0,7		0,7	
Subsídios	0,1		0,1	0,0
Outras Despesas Correntes	18,3	2,9	21,2	5,8
Despesa Capital	**9,0**	**7,4**	**13,3**	**3,6**
Aquisição de Bens de Capital	7,6	4,5	12,1	3,3
Transferências de Capital	1,4	2,8	1,1	0,3
das quais: intra-instituições do ministério	0,3	2,8		
para as restantes Adm Públicas				
Outras Despesas Capital		0,1	0,1	0,0
DESPESA TOTAL	352,9	60,5	368,6	100,0
DESPESA TOTAL EXCLUINDO TRANSF PARA ADM. PÚBLICAS	352,2	60,5	367,9	
Consolidação entre subsectores (SI e SFA)			44,8	

O Fundo para as Relações Internacionais tem um acréscimo de 24,5% face à estimativa de execução para 2010. Este fundo desenvolve acções de apoio de natureza social, cultural, económica e comercial no âmbito das Comunidades Portuguesas sendo financiado pelos emolumentos consulares.

Ao invés, o Instituto Camões regista um decréscimo de 8% na despesa face à estimativa de execução de 2010, justificada segundo o Relatório como consequência da medida de contenção da despesa pública no agrupamento económico afecto aos encargos com o pessoal.

As remunerações certas e permanentes previstas para 2011 são de 123,7 ME, um aumento de 16 ME face à estimativa de execução de 2010, o que representa um acréscimo de 15%, contrastando com a política generalizada de cortes salariais para todos os funcionários públicos.

No que diz respeito à Ajuda Pública ao Desenvolvimento, o Governo não traça qualquer meta para 2011 que conste do Relatório do OE 2011, apenas reiterando a intenção de alcançar em 2015 a meta dos 0,7% do PNB em APD;

De acordo com o Mapa 18 (Mapas e Programas e Medidas), página 8, mas não constante no Relatório do Orçamento de 2011, os gabinetes do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e dos três Secretários de Estado sofrem cortes generalizados, de 4,85 ME (2010) para 4,61 ME (2011).

II Opinião do Relator

O signatário do presente relatório exime-se, nesta sede, de manifestar a sua opinião política sobre a Proposta de Lei n.º 42/XI/2ª, a qual é, de resto, de "*elaboração facultativa*", nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do novo Regimento da Assembleia da República, reservando o seu grupo parlamentar a sua posição para o debate em Plenário.

III Conclusões

1. Para 2011, o orçamento proposto para o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) apresenta uma redução de 8,2% que representa, segundo afirma o relatório do Orçamento, menos 33 ME face à estimativa de despesa de 2010;
2. As despesas com o pessoal representam 53,1% da despesa total consolidada do Ministério dos Negócios Estrangeiros, contrastando com os 45,7% de 2010;
3. A despesa orçamentada para os Gabinetes dos Membros do Governo desce em 2011, um contraste com o aumento de 16 ME das remunerações certas e permanentes do MNE face a 2010;
4. Os investimentos do Plano têm um aumento de 9,6% relativamente a 2010, estando orçamentado para 2011 um valor de 10,3 ME, dos quais 9,8 ME são provenientes de financiamento nacional;
5. O Fundo para as Relações Internacionais tem um aumento de 24,2% face à estimativa de execução para 2010;

6. O Instituto Camões dispõe de uma verba orçamentada para 2011 de 40,5 ME, o que representa um decréscimo em relação aos 44 ME de 2010;
7. No âmbito da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, o Governo, segundo o Relatório do OE 2011, não apresenta qualquer meta para 2011;
8. No geral podemos afirmar que este é um Orçamento que segue as linhas políticas principais do Orçamento para 2010, embora reduza a despesa consolidada do MNE em 8,2% e, em particular, a do Instituto Camões em 8%.

IV. Parecer

Nestes termos, a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas é de Parecer que a Proposta de Lei n.º 42/XI/2ª – Orçamento do Estado para 2011, na parte respeitante ao Ministério dos Negócios Estrangeiros está em condições de ser apreciada na generalidade pelo plenário da Assembleia da República.

Palácio de São Bento, 25 de Outubro de 2010

O Deputado Relator

(Filipe Lobo D'Ávila)

O Presidente da Comissão

(José Ribeiro e Castro)